



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

LEI NO. 1695/2001

DATA 23 DE FEVEREIRO DE 2001.

Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 1.611/98 do Município de Porto Nacional/TO, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, Estado do Tocantins, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei Municipal no. 1611/98, de 13 de abril de 1998, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, vinculado à Secretaria Municipal responsável pela assistência social do Município, observada a composição paritária de seus membros, nos termos do artigo 88, inciso II, da Lei Federal n.º 8.069/90.”

“Art. 6.-

II - 04 (quatro) representantes de entidades não-governamentais de defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente e/ou entidades da sociedade civil e religiosa, que estejam contribuindo efetivamente para o atendimento a que se refere esta lei.

§ 5º - A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.”



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

"Art. 7º -

V1 – captar recursos, gerir o Fundo Municipal e formular o plano de aplicação dos recursos captados, na forma da Lei.

XIII – revogado."

"Art. 9º - Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que será administrado pelo Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal responsável pela assistência social do Município, de acordo com as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, que fará seu controle fiscal. "

"Art. 11 – Fica criado o Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de 05 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) suplentes, não forma do parágrafo 1º, do artigo 27 deste lei, para mandato de três anos, permitida uma recondução."

"Art. 12 – O candidato a conselheiro tutelar será escolhido através do voto facultativo e secreto dos cidadãos do município, maiores de 16 (dezesseis) anos, comprovadas sua identificação.

§ 1º - Revogado

§ 2º - Revogado.

§ 3º - Revogado.

§ 4º - Revogado.

§ 5º -

§ 6º -

§ 7º - Revogado.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

§ 8º - O processo de escolha será organizado mediante a elaboração de resolução, que disciplinará o pleito e formará a comissão de escolha, sob a responsabilidade e coordenação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e fiscalização do Ministério Público.”

“Art. 17 – Encerradas as inscrições será aberto prazo de 03 (três) dias para impugnação, que ocorrerão da data de publicação do edital no placar da Prefeitura Municipal. Ocorrendo aquela, o candidato será intimado, pela mesma forma, em 03 (três) dias para apresentar defesa.

§ 3º - Cumprido o prazo acima, os autos serão submetidos à Comissão Eleitoral para decidir sobre o mérito, no prazo de 03 (três) dias e, dessa decisão, publicado no placar da Prefeitura Municipal, caberá recursos para o Plenário da Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 03 (três) dias, que decidirá em igual prazo, publicando sua decisão pela mesma forma.”

“Art. 18 – Julgadas em definitivo todas as impugnações, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no placar da Prefeitura Municipal, com a relação dos candidatos habilitados.”

“Art. 22 – É vedada a campanha de candidatos nos veículos de comunicação social, admitindo-se somente a realização de debates e entrevistas.

Parágrafo Único – É proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou particular, com exceção dos locais autorizados pela Prefeitura para a utilização por todos os candidatos, em igualdade de condições.”



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

"Artigo 27 -

§ 1º -

§ 2º - Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato mais idoso."

"Art. 31 – O Presidente do Conselho Tutelar será escolhido pelos seus pares, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, em reunião presidida pelo conselheiro mais idoso, o qual também presidirá o Conselho, no decorrer daquele prazo."

"Art. 35 – Na qualidade de membro eleito, o conselheiro tutelar não será funcionário do quadro da administração municipal, mas terá remuneração fixada pelo executivo municipal, no valor de R\$ 304,00 (trezentos e quatro reais), que será reajustado nas mesmas bases do salário mínimo vigente no País.

Parágrafo primeiro – Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos em favor do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS..

Parágrafo segundo – Os membros do Conselho Tutelar, apesar de não terem vínculo empregatício com o Município, farão jus aos direitos de férias, de licença-maternidade, de licença-paternidade, de acordo com os ditames do Estatuto do Funcionário Público do Município de Porto Nacional, aplicado no que couber e naquilo que não dispuser contrariamente à Lei."

"Art. 37 -

III – Que ausentar-se injustificadamente a três plantões consecutivos ou a cinco alternados, no mesmo mandato, ou for condenado por sentença penal irrecorrível, por crime."



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo, porém, seus efeitos, a 1º de janeiro de 2001.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL ADELINO GONÇALVES,
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL,
Estado do Tocantins, aos 23 dias do mês de fevereiro do ano de
2001.


OTONIEL ANDRADE COSTA
Prefeito Municipal

Reg. fl. 161 a 163 v. 20. 12

